

Leia e decida rapidamente se você aceita esta oferta: uma fazenda com 350 hectares, toda a documentação em ordem, aeroporto, cercada, serviço topográfico completo, dois tratores, dois arados, duas grades, um pulverizador, uma colheitadeira, casa de no mínimo 80 metros quadrados. A terra você só começa a pagar dentro de cinco anos, com juros de 12% ao ano; o maquinário será pago depois de 24 meses e com juros inferiores aos do mercado. Se você

ainda não se convenceu, a oferta é ampliada: sem pagar nada, um engenheiro agrônomo estará à sua disposição para permitir que você obtenha o máximo de produtividade de sua terra num prazo de apenas um ano.

A primeira reação de quem receber esta oferta é a de pensar que tudo isso não passa de uma grande brincadeira. Mas não é. Este negócio, ou "grande prêmio de uma loteria", foi oferecido a quem estivesse disposto a conquistar 60 mil hectares

de cerrado em Minas Gerais em um prazo máximo de dois anos. Por incrível que possa parecer, pouca gente aceitou o desafio. Foi muito difícil encontrar 23 colonos para receber 350 hectares de terra. Mas os 19 gaúchos e quatro mineiros que não desconfiaram da oferta receberam as terras em março de 1980; em abril, começou o desmatamento, com a preservação das veredas, nascentes e beiras de rio; em junho chegaram os tratores, colheitadeiras, caminhões e arados; e, 11 me-

ses depois, com uma grande festa, a soja, e o trigo estavam sendo colhidos.

Assim começa esta história do maior e mais audacioso plano de rápida ocupação do cerrado brasileiro. O projeto-piloto é da Companhia de Promoção Agrícola — Campo, empresa binacional — 51% de capital nacional e 49% japonês. Com uma rapidez surpreendente, as terras ociosas do cerrado brasileiro foram conquistadas para a agricultura e esta

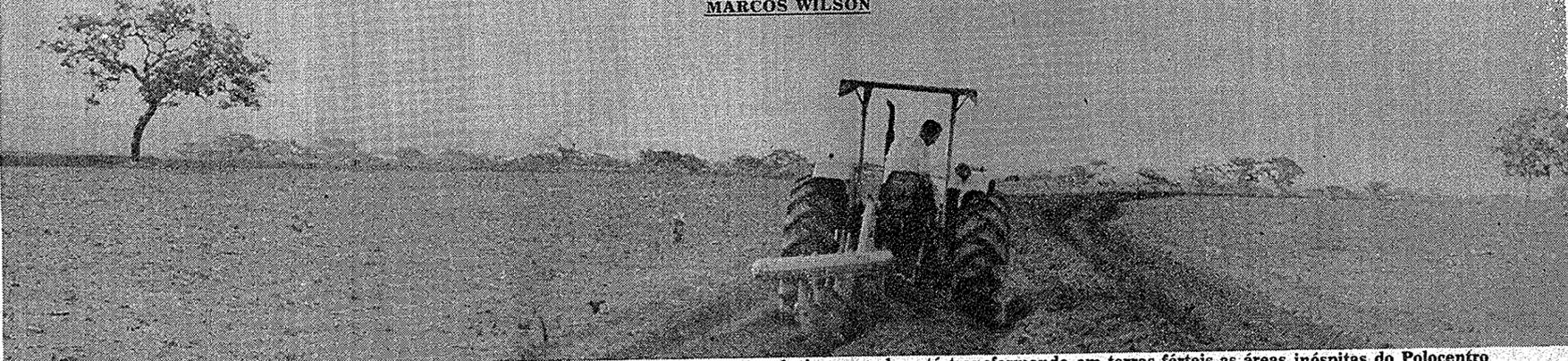
tese foi comprovada: é viável implantar um grande projeto de uso racional de milhões de hectares de terras ociosas em um prazo mínimo de um ano e, máximo, de dois anos.

A história desta grande revolução verde, a produtividade do solo, a entrada do capital estrangeiro na região, o novo sistema de colonização, o uso de tecnologia altamente sofisticada, o surgimento de um novo centro econômico no Brasil, em pleno Sertão mineiro, está

contada nesta reportagem. O repórter de O Estado percorreu mais de dois mil quilômetros no interior de Minas e descobriu que o cerrado de Guimarães Rosa e Mário Palmério continua existindo apenas em seus livros. Hoje, estradas modernas cortam toda a região, tratores trabalham 24 horas por dia, há um aeroporto em cada fazenda e pequenos jatos cortam os céus do que já foi o "tranqüilo e pacato cerrado mineiro".

A revolução verde começa em Minas

MARCOS WILSON



Na região dos cerrados mineiros, o carro de boi foi substituído pelo trator e uma tecnologia avançada está transformando em terras férteis as áreas inóspitas do Polocentro

O que levou empresas como a Mitsui, Mitsubishi, Toshiba, Yakult e a Agência de Cooperação Internacional do Japão (Jica) a uma associação com o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, Banco Nacional, Cica, Manah e Brahma? Os técnicos brasileiros e japoneses têm uma resposta simples para esta pergunta: o Brasil é um país com uma grande quantidade de terra improdutiva e, ao mesmo tempo, necessita de capital para explorar estas terras e conseguir ampliar suas fronteiras agrícolas, obtendo alimentos para o consumo interno e até mesmo para a exportação; o Japão, ao contrário, tem capital disponível de suas grandes empresas, mas falta terra.

Quando o ex-presidente Ernesto Geisel visitou Tóquio, em 1975, este foi um dos temas principais de suas conversações com os dirigentes japoneses. As primeiras experiências práticas de ocupação racional do cerrado brasileiro, uma região com aproximadamente 180 milhões de hectares, feitas pelo Polocentro, estavam dando bons resultados. E foi nesta área que os japoneses decidiram ariscar seu capital. A visita do presidente Geisel serviu para consolidar o Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados. A holding Campo, Companhia de Promoção Agrícola, com 51% do capital acionário da Brasag (Companhia Brasileira de Participação Agroindustrial) e 49% da Jadeco (Companhia Nipo-Brasileira de Desenvolvimento Agrícola), foi encarregada de executar um audacioso projeto-piloto em Minas Gerais, que previa a ocupação racional e produtiva de 60 mil hectares das terras ociosas do cerrado.

Agora, o Polocentro pode ser desativado

O Polocentro, o mais sério programa de ocupação dos cerrados brasileiros, corre o sério risco de ser desativado por falta de verbas. A denúncia é de produtores rurais, fazendeiros, engenheiros agrônomos e da própria Secretaria da Agricultura de Minas Gerais que pede a reativação do projeto.

Nas regiões de Presidente Olegário, Patos de Minas, Patrocínio, Coromandel, Monte Carmelo, Araguari e Uberlândia o grande temor de produtores e técnicos é de que, como outros programas oficiais, o Polocentro venha a perder sua importância ou mesmo ser desativado pelo governo. O programa está numa etapa de "dormência" afirma o agrônomo Marco Aurélio Gomes Torres. "A verba está muito curta", reclamam colonos e produtores que foram beneficiados pelo Polocentro e que, de repente, também perderão todo o seu trabalho porque falta dinheiro para manter suas plantações.

O argumento principal dos produtores é o de que os 500 mil hectares de terra incorporados à agricultura brasileira só no Estado de Minas podem voltar a ser uma área de terras ociosas. E pior do que isso: com o desmatamento, todo o meio ambiente da região poderá modificar-se e, dificilmente, será recuperado. Um capim ralo e fraco para a pecuária tomará o lugar de plantações de café, trigo e soja e todo um esforço desenvolvido nos últimos seis anos (o programa foi criado em 1975, no governo Geisel) pode perder-se.



Agrônomo Atilio Zardim Economista Vito Warken

A conquista do cerrado, da promessa à realidade

A hegemonia agrícola brasileira através da conquista do cerrado deixou de ser uma promessa para se transformar em um plano extremamente viável e que pode ser executado em um período de dois anos, desde que o País conte com apoio financeiro internacional e use a tecnologia nacional já desenvolvida para aproveitamento de pelo menos 50 milhões de hectares de terras ociosas.

O principal objetivo dos japoneses que acreditaram no potencial agrícola do cerrado é o de elevar rapidamente a produção de alimentos no Brasil para permitir que o consumo interno seja rapidamente atendido e haja, dentro de pouco tempo, um excedente exportável. Esta explicação é dos técnicos que trabalham no Programa de Desenvolvimento dos Cerrados, que acrescentam: o Japão necessita importar 80% de alimentos para atender o consumo interno; o preço dos produtos agrícolas está alto e deverá subir ainda mais, pois países como a União Soviética estão necessitando importar cada vez mais dos produtores ocidentais, principalmente dos Estados Unidos e Argentina, com o aumento das fronteiras agrícolas brasileiras, ainda segundo os japoneses, o mercado internacional de alimentos receberá um grande exportador e, com isso, haverá uma queda nos preços internacionais. Na verdade, o objetivo estratégico dos japoneses não é comprar a produção obtida no cerrado brasileiro. Para eles, o importante é obter alimento barato. De onde ele vem, passa a ser uma questão secundária. Para conseguir este objetivo, os japoneses estão contribuindo também com seus conhecimentos técnicos sobre a produtividade em terras pobres e com especialistas que já foram para a região.

Quando o ex-presidente Ernesto Geisel visitou Tóquio, em 1975, este foi um dos temas principais de suas conversações com os dirigentes japoneses. As primeiras experiências práticas de ocupação racional do cerrado brasileiro, uma região com aproximadamente 180 milhões de hectares, feitas pelo Polocentro, estavam dando bons resultados. E foi nesta área que os japoneses decidiram ariscar seu capital. A visita do presidente Geisel serviu para consolidar o Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados. A holding Campo, Companhia de Promoção Agrícola, com 51% do capital acionário da Brasag (Companhia Brasileira de Participação Agroindustrial) e 49% da Jadeco (Companhia Nipo-Brasileira de Desenvolvimento Agrícola), foi encarregada de executar um audacioso projeto-piloto em Minas Gerais, que previa a ocupação racional e produtiva de 60 mil hectares das terras ociosas do cerrado.

O capital estrangeiro era finalmente atraído para consolidar a grande revolução verde brasileira. O professor Mário Guimarães Ferri, da USP, e um dos maiores pesquisadores do cerrado, havia comentado, em junho de 80, pouco antes da intensificação dos trabalhos da Campo, que "o capital estrangeiro só hesita em fazer investimentos no cerrado pela má impressão que lhe causa a paisagem". As pequenas e retorcidas árvores do cerrado já não mais causavam má impressão aos grandes empresários estrangeiros, particularmente aos japoneses.

Tecnologia

Usando uma tecnologia altamente desenvolvida e de resultados positivos já comprovados, aproveitando as facilidades que a região oferece para corrigir a acidez do solo (toda a área tem calcário, o fosfato sal de Araxá, cidade próxima a Irajá) e exigindo um cumprimento rigoroso do cronograma de ocupação do solo, a Campo comprovou o êxito do projeto-piloto nesta esquecida região dos cerrados gerais.

ELETRICIDADE

No município de Presidente Olegário, Catarina Ribeiro, 30 anos, roupas remendadas e com uns poucos "cacos de dentes", rosto quase negro, curtidor por um sol fortíssimo, mostra com orgulho um pequeno marco: um toco de árvore e uma ripa fincados no solo. Ele comenta: "Olha moço, isso é bem demais, né? Ele não sabe e nem desconfia de que este é o fim dos Gerais"; o cerrado com seus pés de pequi, as veredas verdes, os buritis, as lagoas e rios "bons de pesca". No sertão, a chegada da TV mudará hábitos e costumes, hoje ainda intactos em regiões mais remotas, como no perdido município de Presidente Olegário. Em pouco tempo, Minas não existirá mais com sua gente e seu cerrado e campos gerais.

A CONQUISTA

Um dos grandes segredos do êxito dos projetos pilotos da companhia de Promoção Agrícola (Campo), no cerrado mineiro é o modelo de colonização. Assim que a empresa foi fundada, em 1979, técnicos e especialistas começaram a percorrer a região de Irajá de Minas explicando o projeto, seus grandes benefícios (prazo de carência, altos financiamentos, juros baixos, fornecimento de tecnologia avançada e de sofisticados implementos agrícolas). E, por incrível que possa parecer, os produtores da região não se interessam em participar do plano. Uma explicação: a tradicional desconfiança dos mineiros com o que é novo e vem de fora. Outra explicação: todos os fazendeiros que decidiram cultivar o cerrado chegaram muito próximos da falência financeira ou faliram.

No Rio Grande do Sul, as terras foram tão subdivididas que havia muita gente para explorar as pequenas fazendas de 10 hectares de terra. As famílias de colonos com 10/15 membros, incluindo as mulheres, estavam trabalhando em apenas um ou meio hectare cada, quando a capacidade de trabalho desta mesma família era de produzir em uma área de pelo menos 300 hectares. E foi exatamente a atração por maior espaço de terra que levou 19 famílias gaúchas, associadas à Cosuel, a deixar suas terras, repetindo a decisão de imigrar de seus antecessores alemães e italianos.

"A jato"

Em uma modesta sala dos escritórios da Emater, em Monte Carmelo, três agrônomos estão reunidos: Marco Aurélio Torres, Fernando Nogueira de Oliveira, assessores técnicos destacados pelo Prodecer para trabalhar no projeto-piloto da Campo, e João Atilio Jardim, coordenador da Campo em dois núcleos. Eles fazem um rápido balanço dos planos para o cerrado e concluem com entusiasmo: "Os projetos foram desenvolvidos a jato, em tempo recorde".

Os colonos receberam a terra financiada, com juros de 12% ao ano, as estradas vicinais foram melhoradas e a energia elétrica já está chegando em cada uma das fazendas — 11 quilômetros da linha-tronco já foram instalados, faltando 13 quilômetros.

"Uma das nossas preocupações — explica Fernando Nogueira — foi a de diversificar as variedades de soja utilizadas no plantio; hoje, usamos as variedades Paraná, Bossier, Santa Rosa, IAC-2 e Cristalina; com isso, eliminamos o risco de perder uma colheita por usar uma variedade mais fraca ou de não obter o rendimento necessário ao utilizar um IAC-2, que rende menos, mas tem maior resistência."

Neste período, a soja, o trigo, o café e o milho substituíram as velhas e retorcidas árvores características dos cerrados. Nos 500 quilômetros de região beneficiada pelo Polocentro na região do Alto Paranaíba e Triângulo Mineiro, percorridos pelo repórter de O Estado, houve uma transformação completa da região: os produtores rurais usam uma tecnologia avançada, os métodos e relações de trabalho estão mudando, agrônomos e técnicos orientam os proprietários, as estradas vicinais estão bem conservadas e muitas outras foram abertas. Já não se vê mais o romântico carro de bois, mas apenas caminhões e camionetas entram e saem das regiões de cultura. E tudo isto aconteceu por causa do Polocentro. E tudo isto pode desaparecer de uma hora para outra com o "desaquecimento" deste programa.

MEDO

Mas os que chegaram ou fizeram investimentos na região têm medo. Todos fazem uma só pergunta: "Podemos acreditar no prosseguimento do Polocentro ou este é mais um projeto no qual acreditamos e que, de repente, sem explicações, é desativado"? As contradições sobre o Prodecel, as divergências e notícias contraditórias vindas de áreas oficiais desorientam os produtores. Afinal, muitos decidiram plantar cana na região, esperavam construir minidestilarias e hoje já não sabem mais o que fazer ou em quem confiar. O medo é a dúvida estão juntos: o Polocentro será mantido? As verbas continuarão chegando? Os técnicos e agrônomos ainda vão aparecer? Aquela ponte será construída? Os tratores vão voltar? No lugar onde está o marco d'arede de energia elétrica haverá mesmo uma torre de transmissão?

Um entusiasmo justificável. Afinal, as metas dos projetos de ocupação do cerrado estavam sendo cumpridas. E ficou demonstrado que um plano especial, com apoio do capital estrangeiro, pode, em apenas um ano, mudar radicalmente a economia brasileira. A velocidade de implantação surpreende até mesmo os próprios técnicos brasileiros. Hoje, esta tese já está comprovada: as terras ociosas do cerrado podem ser domadas e conquistadas em curtíssimo espaço de tempo, ou seja, o Brasil pode realmente ampliar em 50 milhões de hectares as suas fronteiras agrícolas.

Otimismo

Estes dados não foram suficientes para tirar o otimismo dos responsáveis pelo projeto de Irajá: eles esperam colher em uma área de 6.412 hectares pelo menos 8.850 toneladas de soja, que poderá aumentar para 10 mil ou 11.500 toneladas (uma média de 32 sacas por hectare) se não houver muita mudança de tempo. Já a expectativa com o trigo é de uma colheita de 3 mil toneladas em uma área de 2.522 hectares — uma média de 20 sacas ou 1.200 quilos por hectare.

A estagnação pode voltar a uma região de aproximadamente quatro milhões de hectares. Será o fim de um sonho para os empresários nacionais e estrangeiros que fizeram seus investimentos com base nos planos do Polocentro para os colonos gaúchos que levaram seus hábitos e costumes para conquistar esta região inóspita e que hoje estão espalhados por todo o cerrado; ou para as companhias de reflores-

O projeto-piloto, que previa, após a sua implantação em 1982, uma produção de 100 mil toneladas de grãos (soja, trigo e arroz), 150 mil sacas de café beneficiado e 4 mil toneladas de sementes, mostrou, até agora, que é extremamente viável. Para conseguir esta viabilização, os técnicos da Campo aceleraram suas atividades nos três núcleos do cerrado mineiro: Irajá de Minas, Paracatu e Coromandel.

Estes dados indicam que se o Brasil realmente incorporar mais 50 milhões de hectares à sua fronteira agrícola, na área do cerrado, a produção de soja pode aumentar em 160 milhões de toneladas. Já em 1977, Ady Raul da Silva fazia previsões de uma produção de 182,5 milhões de toneladas de soja numa área de 55 milhões de hectares. Uma estimativa muito próxima da realidade de hoje, se projetarmos os dados obtidos com o projeto-piloto de Irajá de Minas.



Amanhã, a vida dos colonos no cerrado

Irajá, ex-ilha

Irajá de Minas foi uma cidade tão pequena e perdida entre Uberlândia e Patos de Minas, que seu nome não aparecia nos últimos e mais atualizados mapas do Brasil. Em 1979, quando

A safra encontrada pela Companhia de Promoção Agrícola, segundo o agrônomo João Atilio Zardim, foi procurada colonos no Sul do País. Afinal, os gaúchos, além da fama de "novos bandeirantes" que prometem chegar até o Amapá, passando pela Amazônia, Guianas e todo o Centro-Oeste brasileiro, já haviam demonstrado a sua capacidade de domar o cerrado, principalmente na região de Barra do Garças, Mato Grosso, e nas áreas próximas a Brasília.

Esta corrida ao cerrado levou a uma valorização da terra de pelo menos 1.250% em apenas dois anos. E os empresários que vieram ou estão chegando do Sul do País continuam fazendo grandes investimentos na compra de terra.

Quando o ex-presidente Ernesto Geisel visitou Tóquio, em 1975, este foi um dos temas principais de suas conversações com os dirigentes japoneses. As primeiras experiências práticas de ocupação racional do cerrado brasileiro, uma região com aproximadamente 180 milhões de hectares, feitas pelo Polocentro, estavam dando bons resultados. E foi nesta área que os japoneses decidiram ariscar seu capital. A visita do presidente Geisel serviu para consolidar o Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados. A holding Campo, Companhia de Promoção Agrícola, com 51% do capital acionário da Brasag (Companhia Brasileira de Participação Agroindustrial) e 49% da Jadeco (Companhia Nipo-Brasileira de Desenvolvimento Agrícola), foi encarregada de executar um audacioso projeto-piloto em Minas Gerais, que previa a ocupação racional e produtiva de 60 mil hectares das terras ociosas do cerrado.